

A herança medieval do Brasil: mentalidades, usos e costumes feudais

Pedro Paulo A. Funari*

Resenha: WECKMANN, Luis. *La Herencia Medieval del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

Luis Weckmann, historiador mexicano autor do renomado *La Herencia Medieval de México*, publicado em 1984 no original e, em inglês, em 1992, aluno do grande medievalista belga Charles Verlinden, publica, agora, um volumoso estudo a respeito da herança medieval no Brasil (400 páginas). Já no prefácio, de Eulália Maria Lahmeyer Lobo (UFRJ), informa-se que o livro centra-se na História das Idéias, caracterizando-se por grande erudição, principalmente no que se refere à documentação prescrutada, em particular as pouco exploradas fontes latinas (e.g. *Opusculum de Mirabilibus*, de Albertino) e iconográficas. Logo de início, dez grandes frutos tardios do espírito medieval são detectados na colônia portuguesa: as câmaras municipais; a devoção à Virgem; as bases medievais da estrutura social (propriedade senhorial, nobreza, Ordem de Cristo, morgados; *encomiendas*); autos sacramentais, música, danças e jogos; a arte da navegação; regimes administrativo e comercial; tecnologias e procedimentos produtivos; artesanato; escolasticismo no ensino e debates teológico-políticos; formas populares de devoção cristã (p.18).

Não seria o caso, aqui, de reproduzir a seqüência das idéias e argumentos do autor, cujas qualidades devem ser saboreadas com a leitura integral da obra. Nesta resenha, parece-me mais oportuno tratar de alguns tópicos específicos que aparecem, às vezes em forma de observações embrionárias e especulativas, em outros estudi-

* Professor do Departamento de História, IFCH, UNICAMP.

osos e que Weckmann esmiuça, aprofundando-se no estudo dos textos da época. Stuart Schwartz, opondo-se à noção de feudalismo político ou econômico na colônia, concedia que "uma ideologia mantida pelos senhores de engenho...essencialmente hierárquica, fundamentada na dominação e graduação, movida ao menos teoricamente pela patronagem e lealdade...não tiveram origem na colônia, mas uma sólida base de tradições portuguesas". Frederic Mauro, na mesma linha, lembra o caráter, a seu ver, simplório da *Weltanschauung* de ricos e pobres, no período² e Ruggiero Romano não hesitou em estender o feudalismo americano para a própria economia, com insuficiente base monetária e sem um mercado de trabalho livre³. Relações pré-capitalistas, portanto⁴.

Raimundo Faoro, opondo-se explicitamente à tese do feudalismo brasileiro, propôs em seu lugar o tipo-ideal do sistema patrimonial, cujos traços não capitalistas, por sua parte, são claros⁵. Francisco Iglésias foi mais explícito, ao constatar que "a administração do Brasil português é caso de transplante de instituições que se criaram e se desenvolveram na Europa durante séculos"⁶. Weckmann dedica capítulos para dissecar, justamente, os regimes jurídico e administrativo (pp.236-249) e a organização eclesiástica (pp.186-221), de características nitidamente medievais. Talvez quem melhor tenha descrito o *ethos* dessa sociedade, entre nós, tenha sido um historiador que, embora conhecedor de nossa História, tivesse sido criado fora desse sistema e pudesse enxergá-lo com distanciamento: Peter Eisenberg.

¹ Vide Stuart Schwartz, *Segredos Íntimos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.218. Com exceção deste título, todas as referências, no restante desta resenha, citam obras que não estão presentes na bibliografia de Weckmann, de forma que os autores modernos usados pelo autor foram, propositamente, evitados (e.g. Laura de Melo e Souza). Desta forma, pode observar-se que outros autores, além daqueles utilizados por Weckmann, produziram reflexões sugestivas a respeito de temas tratados, mais detalhadamente, nesta monografia sobre os traços medievais no Brasil.

² Vide Frederic Mauro, *Le XVIIe. Siècle Européen. Aspects Économiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, p. 352.

³ Vide Ruggiero Romano, "American Feudalism". In: *Hispanic American Historical Review*, 64, 1, 1984, p. 132. A importância do capital mercantil, no entanto, tem induzido, há algumas décadas já, muitos historiadores a subestimar a importância do estudo do patriarcalismo de origem feudal no Brasil. Por último, vide Luiz F. de Alencastro, "500 anos de História". In: *Jornal de Resenhas. Folha de São Paulo*, 9/8/96, p. 3.

⁴ Vide Ronald H. Chilcote, *Transição Capitalista e a Classe Dominante no Nordeste*. São Paulo: TA Queiroz/Edusp, 1991, p. 30; Regina Maria D'Aquino Fonseca Gadelha, "A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão. Capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX". In: *Revista de História*, São Paulo, 120, 1989, p. 155.

⁵ Vide Raimundo Faoro, *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Globo, 1976, pp. 20-25.

⁶ Vide Francisco Iglésias, "Minas e a imposição do Estado no Brasil". In: *Revista de História*, São Paulo, 100, 1974, p. 260.

Sua resenha de uma tradução brasileira de Genovese apresenta as seguintes observações, extraídas do autor resenhado:

"No senhorialismo, uma fase transitória entre o escravismo e o capitalismo, a classe dominante realiza uma acumulação econômica, mas sem converter esta riqueza em capital. Nestas sociedades, a política autoritária e o catolicismo romano prevaleceram, e reforçaram a idéia de que o homem é fraco e dependente da sociedade, à qual ele sacrifica a sua liberdade individual e oferece a sua capacidade para o trabalho, em troca de proteção e defesa. No senhorialismo, o escravocrata residia na fazenda a sua vida toda, e exercia o controle social através do paternalismo, comportando-se como o chefe de uma família extensa na qual cada membro tinha a suas obrigações. O senhor protegia e defendia os seus dependentes, enquanto estes forneciam-lhes rendas de trabalho, de produtos, ou até de dinheiro, e obedeciam à sua orientação na vida social e política"⁷.

Weckmann demonstra como os documentos descrevem a vida senhorial, muito próxima a essa imagem apresentada por Genovese e retomada por Eisenberg, com expressões tipicamente feudais; não era à toa que um donatário, Pereira Coutinho, descrevesse sua capitania da Bahia como "meu próprio feudo" (p. 98)⁸. Na verdade, a mentalidade senhorial não tinha como objetivo, essencialmente, o lucro ou a racionalidade empresarial, mas a satisfação de necessidades subjetivas de honra e prestígio⁹. O anseio de investir os eventuais lucros comerciais em compra de fazendas e a transformação de negociantes em senhores remonta às mais lídimas tradições alto-medievais¹⁰: "as vezes, uma geração basta para que um homem de negócio se torne senhor de engenho"¹¹. Outra consequência desse sistema social será a aversão do brasileiro às regras impessoais, outra característica anti-capitalista e de origem feudal cuja persistência continua a

⁷ Vide Peter L. Eisenberg, "A escravidão nas Américas: Genovese em português". In: *Revista Brasileira de História*, 3,6, 1983, p. 124.

⁸ Sobre a continuidade de relações de dependência também no campesinato europeu, vide Michael Toch, "Lords and peasants: a reappraisal of Medieval economic relationship". In: *Journal of European Economic History*, 15,1, 1986, p. 165.

⁹ Vide Vera Lúcia Amaral Ferlini, "Estrutura agrária e relações de poder em sociedades escravistas: perspectivas de pesquisas de critérios de organização empresarial e de mentalidade econômicas no período colonial". In: *Revista Brasileira de História*, 11, 22, 1991, p. 36.

¹⁰ Vide João Bernardo, *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, séculos V-XV*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 450.

¹¹ Vide Kátia M. de Queirós Mattoso, "Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1563)". In: *Revista de História*, São Paulo, 114, 1983, p. 17.

admirar os observadores da sociedade brasileira¹². Privilégios e laços de dependência, termos usuais do feudalismo europeu, são de uso corrente entre os estudiosos de nossa sociedade¹³.

O catolicismo de fortes conotações e características medievais, tanto oficial quanto popular, talvez seja o aspecto mais exaustivamente tratado por Weckmann, a começar pela consideração da própria empresa colonial como mero prolongamento do espírito das cruzadas¹⁴. O misticismo de padres e de leigos é estudado em detalhe, cujo mundo dominado por santos, na melhor tradição medieval, pelo Diabo e por seres fantásticos - como indígenas com rabo - em nada lembraria o racionalismo¹⁵. Nas palavras de Weckmann, "o nordeste brasileiro constitui um grande repositório de feudalismo" (p.223), ainda hoje. Esta sua observação conduz à sua noção de "herança", pois embora o livro trate, principalmente, do período colonial inicial (1500-1700), muitas vezes ultrapassa esse quadro para buscar em épocas posteriores, ou na atualidade, argumentos que podem ser ligados à Idade Média. Exemplar, a esse respeito, são suas considerações sobre o português brasileiro e sua imagética: "o vocabulário das canções populares brasileiras é passadista, com sua menção a carruagens, espadas, princesas encantadas ou adormecidas, lobos em florestas, dragões e príncipes corajosos" (p. 227). Lembra que

¹² Vide Elizabeth Anne Kuznesof, "A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)". In: *Revista Brasileira de História*, 9, 17, 1989, p. 63; vide Roberto da Matta, *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 184.

¹³ Vide Eni de Mesquita Samara, "Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX)". In: *Revista Brasileira de História*, 11, 22, 1991, pp. 10-12; vide Bailey W. Diffie, "Os 'privilégios' legais dos estrangeiros em Portugal e no Brasil do século XVI". In: H. Keith & S. Edwards (orgs.), *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 3; vide Vera Lúcia Amaral Ferlini, "A subordinação dos lavradores de cana aos senhores de engenho: tensão e conflito no mundo dos brancos". *Revista Brasileira de História*, 6, 12, 1986, pp. 159-160.

¹⁴ Vide Américo Jacobina Lacombe, "A Igreja no Brasil Colonial". In: Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. 5a. ed., São Paulo: Difel, 1985, p. 52.

¹⁵ Vide Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, "Demonismo, malícia e maléfico: contribuições à História do imaginário mágico-religioso no Brasil". In: *Revista de História*, 117, 1984, p. 87; 98; vide José Ferreira Carrato, "Medievalidades mineiras nos tempos da Inconfidência: hospícios e romarias". In: *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, 9, 1989, p. 122; vide Alceu Maynard Araújo, *Cultura Popular Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1977, p. 145; vide Maria Aparecida Junqueira de Veiga Gaeta, "Poder de sociabilidade e de solidariedade no Brasil Colonial: as irmandades e confrarias religiosas". *Estudos de História*, Franca, 2,2, 1995, p. 17; vide Adalgisa Arantes Campos, "Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas Gerais, o século XVIII". In: *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, 4, 1987, p. 21; vide Luiz Mott, "Santos e Santas no Brasil Colonial". In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, 13, 1994, pp. 44 e 59.

nossa língua, tão distante da prosódia lusitana moderna, fixada no século passado, está muito próxima da língua falada no Portugal medieval; assim, explica que, no Brasil, “constrói-se procliticamente frases com pronomes átonos” (p.234), tal como encontramos em documentos medievais: “Bon Deus me fez veer, por gran pesar prazer”¹⁶.

O autor não define o que entende por “herança”, mas o sentido clássico do termo fornece-nos uma pista: *hereditas a patribus traditur* (Cícero, *Off.* 1,33,121 *fin.*), “aquilo que provém dos antepassados”, “tradição”. Embora Weckmann não cite Braudel, cujo conceito de “longa duração” poderia servir para entender as permanências medievais, pode afirmar-se que todo o livro parte do pressuposto de que as mentalidades são muito mais perenes do que se só admitir e que o historiador que ignora as especificidades das culturas do passado pode cair em anacronismo. Talvez o ponto alto do livro de Weckmann, além da erudição que só pode agradar ao leitor, leigo ou estudioso, seja que se apresente como *uma leitura* da sociedade brasileira. Não pretende, de maneira holística, tudo explicar, nem, conseqüentemente, propor um modelo de seu funcionamento e transformação. Procura, de maneira muito elegante e erudita, com ênfase na compulsão dos documentos, apresentar facetas do Brasil, pouco conhecidas e estudadas, de origem medieval. Recomenda-se, portanto, sua leitura por parte de todos aqueles que se interessam pela cultura nacional, cujos horizontes ampliados induzirão, seguramente, a reflexões críticas sobre nossas História e cultura.

¹⁶ O exemplo medieval citado provém de José Joaquim Nunes. *Crestomacia Arcaica*. Lisboa: Clássica. 1970, p. 326. Note-se, no entanto, que é o acento do pronome, que no Brasil, como no português medieval, pronuncia-se mais pausada e claramente, que explica a colocação pronominal corrente entre nós; vide Manuel Said Ali. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 6a. ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966, pp. 56-59; vide Gladstone Chaves de Melo. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. 2a. ed., Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957, pp. 219-225.

Bibliografia

- ALECASTRO, Luiz Felipe de. 500 anos de História. *Jornal de Resenhas, Folha de São Paulo*. São Paulo, 9/8/96, p. 3, 1996.
- ALI, Manual Said. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. 6a. ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1966.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. *Cultura Popular Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos, 1977.
- BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial, séculos V-XV*. Porto, Afrontamento, 1995.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas Gerais, o século XVIII. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, 4, 3-24, 1987.
- CARRATO, José Ferreira. Medievalidades mineiras nos tempos da Inconfidência: hospícios e romarias. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, 9, 121-1290, 1989.
- CHILCOTE, Ronald H. *Transição Capitalista e a Classe Dominante no Nordeste*. São Paulo, TA Queiroz/Edusp, 1991.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- DIFFIE, Bailey W. Os 'privilégios' legais dos estrangeiros em Portugal e no Brasil do século XVI. IN KEITH, S. & EDWARDS, S. (orgs.). *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3-24, 1970.
- EISENBERG, Peter L. A escravidão nas Américas: Genovese em português. IN *Revista Brasileira de História*. 3,6, 123-128, 1983.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A subordinação dos lavradores de cana aos senhores de engenho: tensão e conflito no mundo dos brancos. *Revista Brasileira de História*. 6, 12, 151-168, 1986.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Estrutura agrária e relações de poder em sociedades escravistas: perspectivas de pesquisas de critérios de organização empresarial e de mentalidade econômicas no período colonial. *Revista Brasileira de História*. 11, 22, 35-47, 1991.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1976.
- GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A Lei de Terras (1850) e abolição da escravidão. Capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. IN *Revista de História*. São Paulo, 120, 153-162, 1989.

- GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. Redes de sociabilidade e de solidariedade no Brasil Colonial: as irmandades e confrarias religiosas. IN *Estudos de História*. 2,2, 11-36, 1995.
- IGLESIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. IN *Revista de História*. São Paulo, 100, 257-273, 1974.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*. 9, 17, 37-63, 1989.
- LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil Colonial. IN HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6a. ed., São Paulo, Difel, 49-75, 1985.
- MAURO, Frederic. *Le XVIIe. siècle Européen. Aspects économiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1970.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763). *Revista de História*. São Paulo, 114, 5-20, 1983.
- MELO, Gladstone Chaves. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1957.
- MOTT, Luiz. Santos e Santas no Brasil Colonial. *Varia Historia*. Belo Horizonte, 13, 44-66, 1994.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. Demonismo, malícia e maléfico; contribuições à História do imaginário mágico religioso no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, 117, 87-98, 1984.
- NUNES, José Joaquim. *Crestomacia Arcaica*. Lisboa, Clássica, 1970.
- ROMANO, Ruggiero. American Feudalism. IN *Hispanic American Historical Review*. 64, 1, 121-134, 1984.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX). *Revista Brasileira de História*. 11, 22, 7-33, 1991.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Íntimos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- TOCH, Michael. Lords and Peasants: a reappraisal of Medieval economic relationship. IN *Journal of European Economic History*. 15,1, 163-181, 1986.